

BAMSERV

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE
VOLTA REDONDA

Edital de Pregão Eletrônico nº 90094/2025

Processo Administrativo nº VR-02.051-00006436/2025 – SAH/HSJB

BAM COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **41.742.950/0001-79**, sediada na **AVENIDA PROFESSOR JOÃO BRASIL 383, FONSECA, NITERÓI – RJ, CEP: 24130-088**, vem, por meio de seu administrador ao final subscrito, com endereço eletrônico contato@bamserv.com, e, meios em que recebem intimações e notificações, respeitosamente, apresentar

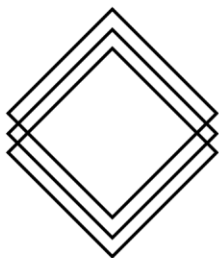
RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da r. decisão que habilitou e declarou a empresa SINGULAR GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA, como provisoriamente vencedora do Edital de Pregão Eletrônico nº 90094/2025, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO

O presente recurso é tempestivo, interposto dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, conforme estabelece o item 13.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90094/2025, e o art. 165, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A decisão atacada diz respeito ao ato de habilitação da empresa SINGULAR, ato expressamente recorrível nos termos do item 13.1 do edital e do art. 165, §1º, inciso II, da Lei 14.133/21.



BAMSERV

Portanto, estão presentes os pressupostos de admissibilidade.

II – DOS FATOS

A empresa SINGULAR foi declarada habilitada no certame, porém sua documentação contém diversas irregularidades, algumas graves e outras claramente insanáveis, violando:

- Lei 14.133/2021
- Princípio da vinculação ao edital
- Princípio do julgamento objetivo
- Princípio da isonomia e da legalidade
- Itens 10, 11 e 14 do Edital

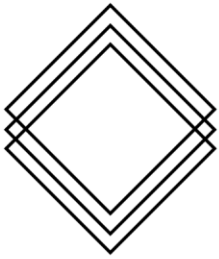
As ilegalidades atingem capacidade técnica, habilitação técnica, regularidade fiscal, documentação obrigatória e até indicação equivocada da pessoa jurídica participante, comprometendo a lisura e a segurança da futura contratação.

Diante disso, passa-se às razões.

III – DAS RAZÕES DO RECURSO

1. DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA ANTIGOS, EM NOME DE OUTRA RAZÃO SOCIAL E INCOMPATÍVEIS COM O OBJETO

A empresa SINGULAR apresentou atestados extremamente antigos (2009 e 2016), emitidos em nome da antiga razão social DENJUD, com outro quadro societário e outros responsáveis técnicos e atestados da filial são de alimentação escolar, não de nutrição hospitalar.



BAMSERV Essas irregularidades, somadas, impedem que tais documentos cumpram a finalidade do item 11.4.1 do edital, que exige:

“comprovação de aptidão por meio de atestado que comprove fornecimento compatível com o objeto licitado.”

1.1 – Atestados extremamente antigos não comprovam aptidão atual

O item 11.4.1.3 exige “experiência mínima de 03 (três) anos”, mas essa experiência deve guardar relação com a atual estrutura empresarial e técnica. Bem como, que os atestados sejam após a conclusão do contrato e com datas identificáveis (item 11.4.1.3.2-3)

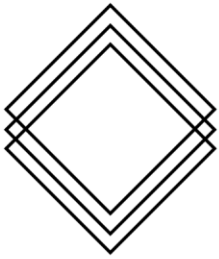
Atestados de 2009 e 2016 não atendem ao critério de representatividade atual da capacidade técnica exigida para serviço hospitalar contínuo 24h, de grande vulto, isto é:

- não refletem a capacidade técnica e operacional atual da empresa;
- não comprovam a expertise necessária à prestação de serviço hospitalar ininterrupto de grande vulto, como é o objeto (item 2.1 — nutrição hospitalar).

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que atestados demasiadamente antigos podem ser desconsiderados quando não demonstram a realidade operacional contemporânea da empresa, mormente quando houve reorganização societária ou mudança de responsáveis técnicos (em analogia TCU – 1158/2016 – Plenário).

1.2 – Atestados foram emitidos para a antiga empresa (DENJUD), com outro quadro societário e outro responsável técnico

Consta que a empresa alterou razão social, quadro societário e estrutura técnica. A jurisprudência administrativa é clara em asseverar que quando há alteração profunda da composição societária e dos responsáveis técnicos, não é possível utilizar atestados emitidos para



BAMSERV

a empresa anterior, sob pena de permitir que terceiros se beneficiem de experiência comercialmente alheia.

Isso viola o princípio da isonomia e coloca em situação de vantagem indevida empresa que não possui o mesmo corpo gerencial, não possui o mesmo responsável técnico da época dos atestados e tampouco comprovou continuidade técnica.

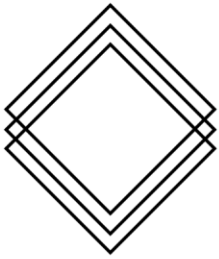
O TCU já determinou que a Administração deve avaliar se há continuidade da estrutura organizacional e técnica entre a empresa antiga e a atual. E ao analisarmos o caso em concreto a empresa Singular, anteriormente atendida pelo nome de DENJUD com outro quadro societário e outros responsáveis técnicos.

Assim, torna frágil a comprovação de capacidade técnica em que os atestados além de muitos antigos correspondem a outra empresa, que não guarda sequer o mesmo quadro societário ou os mesmos responsáveis técnicos.

Ocorre que os atestados são da antiga razão social (DENJUD), a empresa atualmente se denomina SINGULAR, com outros sócios e novos responsáveis técnicos e a participação na licitação foi feita pela filial, mas os atestados da matriz se referem a alimentação escolar e não nutrição hospitalar.

1.3 – Atestados em nome da filial apresentam objeto totalmente distinto: alimentação escolar

Os atestados apresentados pela filial, que foi quem efetivamente participou do certame, dizem respeito à prestação de serviços de alimentação escolar, atividade tecnicamente distinta da prestação de nutrição hospitalar, ao contrário da exigência do edital em que o atestado comprove aptidão compatível com o objeto hospitalar e **não simplesmente serviços genéricos de alimentação.**



BAMSERV

Vejamos o objeto deste certame:

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR DA AQUISIÇÃO:

1.1 - O objeto do presente procedimento administrativo é para a contratação de empresa **especializada em prestação de serviços de nutrição hospitalar**, destinado a atender as necessidades do Serviço Autônomo Hospitalar/Hospital São João Batista, conforme especificações abaixo e, no quantitativo indicado no ETP e registrado na Planilha deste Termo de Referência (sub-item 1.2, abaixo):

O edital exige expressamente, no item 11.4.1: “compatibilidade com o objeto licitado”. A compatibilidade não existe por motivos combinados, a nutrição hospitalar exige dietas personalizadas, protocolos sanitários específicos, manipulação sensível e operação 24 horas. Ao passo que alimentação escolar é serviço de menor complexidade técnica e sanitária e não exige equipe especializada. Assim, não existe identidade entre os dois objetos.

Neste Sentido o TCU já se manifestou pela necessidade de comprovação específica de experiência hospitalar, dadas **as diferenças essenciais do ambiente hospitalar** que tornam a execução completamente diferente:

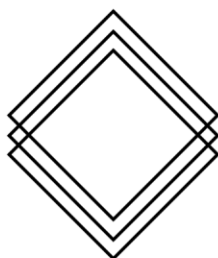
REPRESENTAÇÃO. PREGÃO REALIZADO PELO HFA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA. **POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA HABILITAÇÃO E NA DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO. SUSPENSÃO CAUTELAR. OITIVA. MANUTENÇÃO DA CAUTELAR. NOVAS OITIVAS E DILIGÊNCIAS. CONFIRMAÇÃO DE IRREGULARIDADES. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA REPRESENTAÇÃO. DETERMINAÇÃO PARA INVALIDAÇÃO DE HABILITAÇÃO INDEVIDAMENTE REALIZADA. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS.**

(...)

109. De qualquer forma, a empresa Gestor **não logrou comprovar a sua qualificação técnica para a realização dos serviços seja em área médico-hospitalar seja em área administrativa pelos motivos já expostos, razão pela qual deve o ato do pregoeiro que a habilitou ser anulado.**

(Número do Acórdão - ACÓRDÃO 938/2014 – PLENÁRIO – Relatora ANA ARRAES)

Verifica-se ainda que a diferenciação é tratada expressamente na RDC 216/2004 da ANVISA que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação:



BAMSERV

1.2. Âmbito de Aplicação.

Aplica-se aos serviços de alimentação que realizam algumas das seguintes atividades: manipulação, preparação, fracionamento, armazenamento, distribuição, transporte, exposição à venda e entrega de alimentos preparados ao consumo, tais como **cantinas**, bufês, comissarias, confeitarias, **cozinhas industriais**, **cozinhas institucionais**, delicatessens, lanchonetes, padarias, pastelarias, restaurantes, rotisseries e congêneres.

As comissarias instaladas em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Terminais Alfandegados devem, ainda, obedecer aos regulamentos técnicos específicos.

Excluem-se deste Regulamento os lactários, as unidades de Terapia de Nutrição Enteral - TNE, os bancos de leite humano, **as cozinhas dos estabelecimentos assistenciais de saúde** e os estabelecimentos industriais abrangidos no âmbito do Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

Verifica-se ainda a diferenciação colocada pelo próprio Conselho Federal de Nutrição (CFN) conforme RESOLUÇÃO CFN Nº 600, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2018, que dispõe sobre **a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições**, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências, destacamos:

Art. 2º Sem prejuízo do pleno exercício profissional nos termos da Lei Federal nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, esta Resolução dispõe sobre as atividades dos nutricionistas nas seguintes áreas de atuação:

I. Nutrição em Alimentação Coletiva.

II. Nutrição Clínica.

III. Nutrição em Esportes e Exercício Físico.

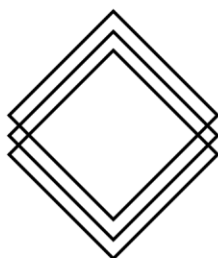
IV. Nutrição em Saúde Coletiva.

V. Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos.

VI. Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

Art. 3º As áreas de atuação descritas no Art. 2º ficam assim definidas:

I. Área de Nutrição em Alimentação Coletiva – gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN):



BAMSERV

A. Subárea – Gestão em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN):

(...)

A.2. Segmento – Alimentação e Nutrição no Ambiente Escolar

A.2.1. Subsegmento – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A.2.2. Subsegmento – Alimentação e Nutrição no Ambiente Escolar – Rede Privada de Ensino.

(...)

II. Área de Nutrição Clínica – Assistência Nutricional e Dietoterápica Hospitalar, Ambulatorial, em nível de Consultórios e em Domicílio:

A. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Hospitais, Clínicas em geral, Hospital-dia, Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e Spa clínicos.

B. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Serviços e Terapia Renal Substitutiva.

C. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

D. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Ambulatórios e Consultórios.

E. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Bancos de Leite Humano (BLH) e Postos e Coleta.

F. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Lactários.

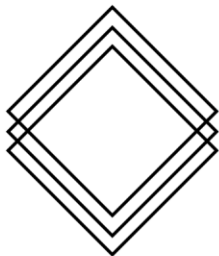
G. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica em Centrais de Terapia Nutricional.

H. Subárea – Atenção Nutricional Domiciliar (pública e privada).

I. Subárea – Assistência Nutricional e Dietoterápica Personalizada (Personal Diet).

VI. Nutrição no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

Portanto, a SINGULAR não atende à exigência nuclear da habilitação técnica, qual seja a prestação do serviço **em ambiente hospitalar**, que possui regras técnicas e procedimentos próprios que tornam a execução diferenciada.



BAMSERV

2. DA AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO DO ITEM 10.6 – EXIGÊNCIA EXPRESSA DO EDITAL

O item 10.6 do edital determina expressamente:

“Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).”

A empresa não apresentou essa declaração no momento adequado. Trata-se de exigência obrigatória, cuja ausência configura irregularidade insanável, pois não ser documento passível de complementação posterior, nos termos do art. 64 da lei 14.133/21.

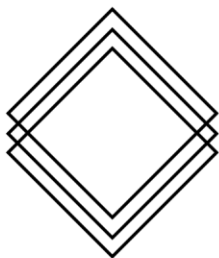
A ausência de declaração obrigatória viola o princípio da vinculação ao edital, não sendo suprida por diligência (art. 64, Lei 14.133/21) e, assim, não pode ser presumida pelo simples preenchimento do sistema.

Trata-se de requisito formal, objetivo, expresso e indispensável.

3. AUSÊNCIA DO ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DA PESSOA JURÍDICA – CRN

O item 11.4.3 exige: “O serviço deve estar sob Responsabilidade Técnica de profissional graduado em Nutrição, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica;”

Trata-se de documento emitido pelo CRN para a pessoa jurídica, e não para o profissional. A empresa apresentou somente documentação do nutricionista, o que se refere ao item 11.4.4, mas não ao item 11.4.3., **que trata da capacidade técnico-profissional.**



BAMSERV

O Tribunal de Contas da União (TCU) possui jurisprudência consolidada, ressaltando a importância de não confundir a capacidade técnico-operacional, que é inerente à empresa, com a capacidade técnico-profissional, que se refere aos profissionais responsáveis, vejamos:

Acórdão TCU 927/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Augusto Nardes)
Boletim Número 354 – TCU. Licitação. Qualificação técnica. Atestado de capacidade técnica. Pessoa jurídica. Capacidade técnico-profissional. Capacidade técnico-operacional. Pessoa física. Transferência.

Não se admite a transferência do acervo técnico da pessoa física para a pessoa jurídica, para fins de comprovação de qualificação técnica em licitações públicas, pois a capacidade técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a capacidade técnico-profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993) , **uma vez que a primeira considera aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe, enquanto a segunda relaciona-se ao profissional que atua na empresa.**

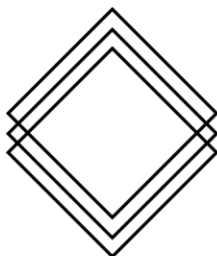
Já o Conselho Federal de Nutrição(CFN) dispõe expressamente sobre

- **Cadastramento da pessoa jurídica junto ao CRN - RESOLUÇÃO CFN Nº 702, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021** - Dispõe sobre o registro e cadastro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutricionistas :

Art. 2º A pessoa jurídica com atividade-fim ou objeto social nas áreas da alimentação e nutrição humana, deverá registrar-se no CRN com jurisdição no local de suas atividades.

- **o cadastramento do RT junto CFN para cada pessoa jurídica que desempenhar a atividade de preparo de refeição humana RESOLUÇÃO CFN Nº 795, DE 16 DE setembro DE 2024** que dispõe sobre procedimentos para Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Anotação de Responsabilidade pelas Atividades de Alimentação e Nutrição (ARAAN) para o nutricionista e dá outras providências:

Art. 1º Regular os procedimentos para Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Anotação de Responsabilidade pelas Atividades de Alimentação e Nutrição (ARAAN) de nutricionistas no âmbito dos Conselhos Regionais de Nutrição (CRN).



BAMSERV

§ 1º Compete ao CRN a anotação da responsabilidade técnica do nutricionista no âmbito da atuação em pessoa jurídica, unidade/cliente ou pessoa física equiparada à pessoa jurídica, com atividade-fim ou objeto social nas áreas da alimentação e nutrição humana.

(...)

Art. 8º A ART e a ARAAN do nutricionista emitidas pelo CRN formalizam o compromisso assumido pelas atividades das áreas de alimentação e nutrição humana desenvolvidas na pessoa jurídica, unidade/cliente ou pessoa física equiparada à pessoa jurídica.

Parágrafo único. A ART e a ARAAN não substituem a Certidão de Registro e Regularidade - CRR, Certidão de Cadastro e Regularidade – CCR e da Certidão de Registro de Unidade – CRU, expedidas pelo CRN para pessoas jurídicas para os respectivos fins comprobatórios.

Art. 9º A ART e a ARAAN serão expedidas, conforme modelos (Anexos II, III e IV, respectivamente), desde que o nutricionista e a pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à pessoa jurídica estejam regularmente inscritos no CRN.

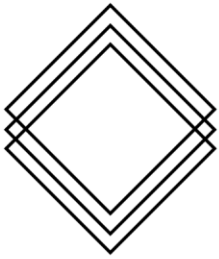
Portanto faltou documento essencial: conforme regulamentação própria do CFN acima transcritas o Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Anotação de Responsabilidade pelas Atividades de Alimentação e Nutrição (ARAAN), não há fungibilidade possível sendo critério de inabilitação imediata.

4. DA NÃO APRESENTAÇÃO DO REGISTRO NO CRN DO NUTRICIONISTA RT

O edital exige:

11.4.4- Documentação do (a) Nutricionista Responsável Técnico (RT) – Registro de inscrição no Conselho Regional de Nutrição (CRN);

11.4.5- Comprovação de vínculo de profissional Nutricionista RT com a empresa a ser Contratada;



BAMSERV

A empresa apresentou apenas certidão de acervo técnico do nutricionista (CAT), documento que não substitui o registro atual e regular no CRN. Posto que o CAT não é registro profissional, não é documento idôneo para comprovar a regularidade perante o CRN e o edital não admite substitutos, conforme item 11.8, que assevera que:

11.8- Não serão aceitos “protocolos de requerimentos, certidões ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

A certidão apresentada pela empresa não comprova que o nutricionista está regularmente inscrito, não comprova que está habilitado no momento da licitação e tampouco que está apto a atuar como Responsável Técnico, atividade privativa de profissional com registro regular.

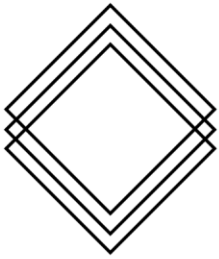
O edital não admite substituto e nem protocolo, portanto, trata-se de irregularidade insanável, impondo inabilitação.

5. DO ESOCIAL DO NUTRICIONISTA DESATUALIZADO QUE NÃO COMPROVA VÍNCULO ATUAL

O edital exige: “Comprovação de vínculo de profissional nutricionista RT com a empresa a ser contratada.” - item 11.4.5

A empresa apresentou documento extraído do eSocial em abril/2024, vários meses antes do certame, resta desatualizado, não permitindo comprovar o vínculo vigente, o que contraria o item 11.4.5- comprovação de vínculo do nutricionista com a empresa.

Documento desatualizado não comprova vínculo vigente; não atende ao princípio da atualidade da prova e viola o item 11.10 do edital (validade documental).



11.10- Do Prazo de Validade das Certidões

11.10.1- As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

BAMSERV É entendimento pacífico na jurisprudência que documento defasado não pode substituir comprovação atual de vínculo técnico necessário à execução contratual.

5. AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO DO ANEXO 04: RESERVA LEGAL DE CARGOS (PCD)

O item 14.6 do edital determina expressamente que o licitante vencedor deve apresentar o Anexo 04, contendo:

O licitante vencedor deverá apresentar ainda, Declaração (anexo 4) de que preenche, em seus quadros, **o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada**, na seguinte proporção:

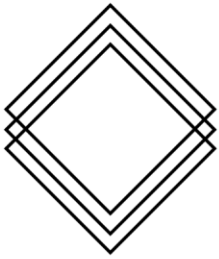
- I. de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II. de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III. de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);
- IV. mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

A empresa marcou “SIM” na plataforma, mas não apresentou a declaração 04 e, **segundo certidão que consta no site do MTE a referida empresa não cumpre o percentual legal exigido.**

O item 14.6 é categórico e não admite interpretação diversa, não permitindo suprir o documento com simples marcação no sistema, conforme art. 93 da Lei 8213/91.

A ausência da declaração configura descumprimento de obrigação legal (art. 93 da Lei 8.213/91), viola a exigência editalícia expressa e não é passível de saneamento posterior, pois não se trata de atualização documental, mas sim de documento novo já que no próprio site do MTE resta claro que a empresa não cumpre o percentual mínimo.

6. AUSÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DE TODOS OS DOCUMENTOS PERTINENTES À COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



BAMSERV

A empresa participou do certame pela filial, mas apresentou certidão de falência da filial e o balanço patrimonial apenas da matriz, sem demonstrar a inclusão da filial de forma consolidada no balanço apresentado.

O edital exige, no item 11.3.2:

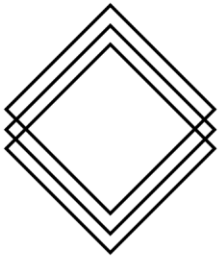
“Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, **que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante, devidamente registrado na Junta Comercial;**”

Ocorre que matriz e filial podem ter contabilidade unificada, mas isso deve ser comprovado, todavia o balanço apresentado não demonstra conter os dados da filial e tampouco há demonstração de que a filial sequer possuía escrituração própria.

O TCU tem entendimento no sentido de que:

Se for a própria matriz quem irá executar o objeto licitado, toda a documentação de habilitação a ser apresentada deverá ser expedida em nome da matriz. Por outro lado, se for uma das filiais quem irá efetivamente se obrigar perante a Administração, toda a documentação de habilitação deverá ser encaminhada em nome dessa filial. Esse entendimento está presente no Relatório e Voto dos Acórdãos 1923/2003 – TCU – 1ª Câmara e 652/2007 – TCU – Plenário

Assim, quando a filial participa do certame, a comprovação de habilitação econômico-financeira deve ser daquela unidade, salvo prova documental inequívoca de que a contabilidade é centralizada. Todavia, compulsando os autos não há qualquer declaração da empresa ou demonstração contábil que comprovem as exigências do edital, a empresa deveria ter sido inabilitada na análise econômico-financeira.



BAMSERV

Fato é que todas as exigências ora expostas e que deixaram de ser apresentadas pela Recorrida se tratam de documentação obrigatória e extremamente necessária para a segurança jurídica da futura execução contratual, uma vez que com a ausência de documentos indispensáveis e obrigatórios, não há como se aferir a real condição econômico-financeira da empresa Singular, posto ser a suposta licitante vencedora a filial e não a matriz.

Nesse sentido, o Ato Convocatório é muito claro quanto aos requisitos mínimos a serem cumpridos por meio da qualificação econômico-financeira, destacando, reprisa-se, que junto à proposta deveriam ser apresentados pelas empresas interessadas toda documentação pertinente às demonstrações contábeis **da empresa licitante**, exigíveis na forma da legislação, de forma completa e com todos os seus componentes.

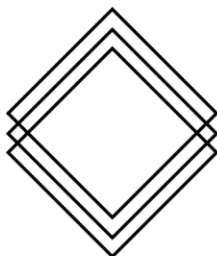
Ainda assim, a licitante foi declarada vencedora e habilitada, de modo que a r. decisão merece ser imediatamente reformada, à luz do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia. Visando evitar repetições excessivas, remete-se às exposições e fundamentações acerca da necessidade do vislumbre da isonomia e da vinculação ao Instrumento Convocatório exposta no tópico anterior.

De mais a mais, permitir que a empresa Singular seja declarada vencedora do presente certame sem cumprir os requisitos mínimos de qualificação econômico-financeira seria romper com o princípio da igualdade, uma vez que priorizará a contratação de uma empresa que sequer apresentou toda a documentação mínima exigida, como as demais concorrentes assim cumpriram

- inclusive a ora Recorrente.

Prossegue ainda JUSTEN FILHO afirmando que:

“(...) o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na aceção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. **Ao descumprir normas constantes do**



BAMSERV

edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. (...)” [destaques nossos]

Por todo exposto, o único caminho possível é a desclassificação da empresa Singular. Ora, na lição de MARÇAL JUSTEN FILHO, o Edital deve apresentar “as regras fundamentais acerca da licitação, disciplinando as exigências que serão impostas aos interessados e as regras procedimentais que serão adotadas”, retratando “o exercício de poderes discricionários que, uma vez exercitados, exaurem-se”

IV – DO PEDIDO

Diante de todos os fundamentos apresentados, requer:

- a. O conhecimento e o provimento do presente recurso administrativo;
- b. A imediata inabilitação da empresa SINGULAR, dada a pluralidade de irregularidades graves e insanáveis;
- c. A convocação da licitante subsequente, nos termos do item 10.15 do edital;
- d. Que todas as decisões sejam devidamente fundamentadas, conforme art. 5º, LV, e art. 93, X, da Constituição Federal.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2025.

BAM COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA
CNPJ: 41.742.950/0001-79
Rodolpho Ribeiro da Silva
Sócio Administrador